



Banco Andbank (Brasil) S.A

Instituição líder do conglomerado

**Demonstrações financeiras do Conglomerado
Prudencial em 30 de junho de 2019**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	6
Balancos patrimoniais	10
Demonstrações do resultado	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras do conglomerado prudencial relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2019.

Desempenho nos Negócios

- Resultados**

Em 30 de junho de 2019, o Conglomerado prudencial apresentou prejuízo no semestre de R\$ 2.199, em comparação ao lucro R\$ 387 apresentado no primeiro semestre de 2018. O Banco, instituição líder do conglomerado, se consolida no segmento Private no Brasil gerando facilidades para concentrar investimentos e gerenciamento de fluxo de caixa de pessoas físicas e jurídicas. Assim, a atuação do Andbank Brasil tem características de inovação, flexibilidade e complementariedade para clientes de alta renda e patrimônio elevado.

- Agência de Rating**

A agência internacional de rating Fitch Ratings, atribuiu notas qualificando a situação financeira Global do Grupo Andbank. A tabela abaixo demonstra o rating atribuído no primeiro semestre de 2019:

<u>Agência</u>	<u>Rating</u>
FITCH RATINGS	BBB

Estrutura de gerenciamento de riscos

- Índice da Basileia**

Conforme disposto na Resolução 4.193, de 01.03.2013, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR e de Capital Principal Nível I), demonstramos abaixo o comportamento do índice de Basileia, apurado nos encerramentos trimestrais de 2018 e de 2019, apresentando-se com relativa margem de suficiência, o que evidencia a regularidade no enquadramento do Banco aos atuais 10,5% (PR 8% + ACP 2,5%), definidos pelo referido Órgão regulador.

	<u>Patrimônio de Referência</u>	<u>PR Exigido (RWA)</u>	<u>Índice Basileia</u>
<u>2018</u>			
Março	61.121	16.042	32,8%
Junho	61.123	13.798	38,2%
Setembro	58.733	22.720	22,3%
Dezembro	152.648	16.294	80,8%
<u>2019</u>			
Março	151.237	15.310	79,0%
Junho	150.414	15.040	80,0%

- **Prevenção à “Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo”**

O Conglomerado conta com instrumentos de controle e acompanhamento das operações realizadas com clientes e parceiros, a fim de evitar e combater a “lavagem” de dinheiro oriunda de atividades ilícitas, inclusive aquelas ligadas aos casos de corrupção e terrorismo, através de seus produtos e serviços. Para tanto, possui políticas, processos e sistemas de controle de prevenção à lavagem de dinheiro. A participação frequente da alta administração na prevenção e detecção à “lavagem” de dinheiro assegura o alinhamento entre as diversas áreas e atividades do grupo, bem como possibilita definir políticas aderentes às melhores práticas internacionais. A política “conheça seu cliente”, o programa de treinamento de funcionários, os processos e sistemas de controles e o monitoramento de operações permitem a identificação tempestiva de situações atípicas. Após a análise por especialistas, os casos são submetidos para deliberação da alta administração quanto à pertinência de encaminhamento dos casos às autoridades fiscalizadoras competentes, tendo sido ou não realizada a operação. A área de Compliance é responsável, em primeiro nível, por identificar e recusar negócios e operações que considerarem suspeitas ou atípicas, reportando sempre à alta administração.

Ouvidoria

Atendendo aos normativos do Banco Central do Brasil, foi estabelecido um componente organizacional de Ouvidoria no dia 30 de setembro de 2007. Trata-se de um canal de comunicação entre o Banco, instituição líder do conglomerado, e seus clientes, que tem por objetivo a busca contínua do aperfeiçoamento e a melhoria dos produtos, serviços e do atendimento oferecidos, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.433/15 e posteriores alterações.

São Paulo, 26 de agosto de 2019.



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos
Acionistas e aos Administradores do
Banco Andbank (Brasil) S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Andbank (Brasil) S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na nota explicativa 2.1 – Base de apresentação.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Banco Andbank (Brasil) S.A. em 30 de junho de 2019, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa 2.1 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas



normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2.1 às referidas demonstrações financeiras consolidadas que divulgam que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco Andbank (Brasil) S.A. para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN. Conseqüentemente o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

Aquisição do controle acionário

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 – Contexto operacional que descreve que em 08 de Janeiro de 2015 houve a aquisição do controle acionário do Banco. O plano de negócios do novo controlador, que está descrito na mesma nota explicativa, considera ações e medidas necessárias para a geração de resultados operacionais positivos e lucros tributáveis futuros. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

O Banco Andbank (Brasil) S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre as quais emitimos relatório de auditoria sem modificações em 29 de agosto de 2019.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritas na nota explicativa 2.1, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco e empresas consolidadas continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e/ou empresas consolidadas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais- Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e empresas consolidadas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e empresas consolidadas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.




- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de novembro de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6


Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3

Banco Andbank (Brasil) S.A.

Instituição líder do conglomerado

Balancos patrimoniais do conglomerado prudencial em 30 de junho de 2019 e de 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	2019	2018	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2019	2018
Circulante		148.457	67.931	Circulante		34.260	25.527
Disponibilidades	3	2.435	4.051	Depósitos	12	26.565	19.639
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3	62.307	23.192	Depósitos à vista		22.382	9.216
Aplicações no mercado aberto		62.307	23.192	Depósitos a prazo		4.183	10.423
Títulos e valores mobiliários	4	44.011	4.088	Obrigações por operações compromissadas		-	191
Carteira própria		41.156	1.312	Relações interdependências		-	3
Vinculados a prestação de garantias		2.855	2.776	Outras obrigações		7.695	5.694
Relações interfinanceiras		249	106	Cobrança e arrecadação de tributos	13 a.	1.254	1.016
Créditos vinculados		249	106	Negociação e intermediação de valores	13 c.	2.056	383
Operações de crédito		344	1.196	Fiscais e previdenciárias	13 a.	1.410	1.081
Setor privado	6	346	1.196	Diversas	13 b.	2.975	3.214
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	7	(2)	-	Exigível a longo prazo		16.862	14.157
Outros créditos		21.432	29.302	Depósitos	12	8.370	539
Rendas a receber	8 a.	1.682	959	Depósitos a prazo		8.370	539
Diversos	8 b.	19.750	28.343	Outras obrigações		8.492	13.618
Outros valores e bens	10	17.679	5.996	Diversas	13 b.	8.492	13.618
Outros valores e bens		-	4.631	Resultado de exercícios futuros		336	-
Despesas antecipadas		17.679	2.923	Receitas de exercícios futuros		336	-
(Provisão para outros valores e bens)		-	(1.558)	Patrimônio líquido	16	183.870	99.316
Realizável a longo prazo		67.155	54.151	Capital		221.716	136.786
Títulos e valores mobiliários	4	35.552	28.475	De domiciliados no exterior		221.716	136.786
Carteira própria		35.552	27.738	Reserva de capital		3.003	95
Vinculados a prestação de garantias		-	737	Ajustes de avaliação patrimonial		307	(411)
Operações de crédito		2.664	-	Prejuízos acumulados		(41.156)	(37.154)
Setor privado	6	2.677	-				
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	7	(13)	-				
Outros créditos		24.433	25.676				
Diversos	8 b.	24.433	25.676				
Outros valores e bens	10	4.506	-				
Outros valores e bens		3.101	-				
Despesas antecipadas		1.433	-				
(Provisão para outros valores e bens)		(28)	-				
Permanente		19.716	16.918				
Investimentos		-	154				
Participações em controladas		-	154				
Imobilizado de uso	11 a.	6.448	5.726				
Outras imobilizações de uso		10.627	8.848				
(Depreciações acumuladas)		(4.179)	(3.122)				
Intangível	11 b.	13.268	11.038				
Ativos intangíveis		16.846	12.335				
(Amortizações acumuladas)		(4.251)	(1.970)				
Ágio na aquisição de investimentos		673	673				
Total do ativo		235.328	139.000	Total do passivo e do Patrimônio líquido		235.328	139.000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras do conglomerado prudencial.

Banco Andbank (Brasil) S.A*Instituição líder do conglomerado***Demonstrações de resultados do conglomerado prudencial**

Para os semestres findos em 30 de junho de 2019 e de 2018

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2019	2018
Receitas da intermediação financeira		11.329	10.828
Operações de crédito		120	21
Resultado com títulos e valores mobiliários e Aplic. interfinanceiras de liquidez	4 d.	11.263	10.010
Resultado de Operações de Câmbio		(54)	797
Despesas da intermediação financeira		(680)	(664)
Operações de captação no mercado		(665)	(666)
Constituição (Reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	(15)	3
Resultado bruto da intermediação financeira		10.649	10.164
Outras receitas/despesas operacionais		(12.998)	(12.107)
Receitas de prestação de serviços	17	9.235	6.049
Despesas de pessoal	18	(8.771)	(8.568)
Outras despesas administrativas	19	(12.267)	(9.976)
Despesas tributárias		(1.354)	(1.094)
Resultado de investimentos em controladas	23	-	2
Outras receitas operacionais	20	2.935	3.779
Outras despesas operacionais	21	(2.776)	(2.300)
Resultado operacional		(2.349)	(1.943)
Resultado não operacional		-	3.127
Resultado antes da tributação sobre o resultado		(2.349)	1.184
Imposto de renda e contribuição social		230	(797)
Ativo fiscal diferido	9	230	(282)
Imposto de renda	22	-	(213)
Contribuição social	22	-	(302)
(Prejuízo) / Lucro líquido do semestre		(2.119)	387
Quantidade de ações ordinárias		375.313.370	200.197.809
(Prejuízo) / Lucro líquido por ação - R\$		(0,00565)	0,00193

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras do conglomerado prudencial.

Banco Andbank (Brasil) S.A

Instituição líder do conglomerado

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido prudencial

Para os semestres findos em 30 de junho de 2019 e de 2018

(Em milhares de Reais)



	Nota	Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018		136.786	95	54	(37.541)	99.394
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	(465)	-	(465)
Resultado do semestre		-	-	-	387	387
Saldos em 30 de junho de 2018		136.786	95	(411)	(37.154)	99.316
Saldos em 1º de janeiro de 2019		221.145	95	137	(38.518)	182.859
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	170	-	170
Aumento de capital social (aprovado pelo Banco Central em 10/05/2019)	16	571	-	-	-	571
Reserva de reavaliação de ativos incorporados	1	-	2.908	-	-	2.908
Ajuste de exercícios anteriores		-	-	-	(519)	(519)
Resultado do semestre		-	-	-	(2.119)	(2.119)
Saldos em 30 de junho de 2019		221.716	3.003	307	(41.156)	183.870

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras do conglomerado prudencial.

Demonstrações dos fluxos de caixa do conglomerado prudencial

Para os semestres findos em 30 de junho de 2019 e de 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
(Prejuízo) Lucro do semestre		(2.119)	387
Depreciação e amortização	21	1.444	1.118
Resultado de investimentos em controladas	23	-	(2)
Provisão (Reversão) para créditos de liquidação duvidosa	7	15	(3)
(Reversão) Provisão de passivos contingentes	14	731	718
Amortização de ágio		67	68
Ajustes de avaliação patrimonial		170	-
Ajustes exercício anterior		(519)	-
Ativo fiscal diferido	9	(230)	282
Atualização depósitos judiciais	20	(395)	(234)
Resultado líquido ajustado		<u>(836)</u>	<u>2.334</u>
Variação de ativos e passivos		<u>(34.112)</u>	<u>1.880</u>
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários		(31.807)	14.728
Redução em relações interfinanceiras		(104)	(32)
(Aumento) Redução em operações de crédito		(2.328)	15.015
Aumento em outros créditos e outros valores e bens		(1.238)	(7.193)
Aumento (Redução) em depósitos		461	(16.448)
Aumento em obrigações por operações compromissadas		-	191
Aumento (Redução) em outras obrigações		946	(4.381)
Aumento resultado de exercícios futuros		(42)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>(34.948)</u>	<u>4.214</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de coligadas		154	-
Aquisição de intangível		(370)	(61)
Aquisição de imobilizado		(1.553)	(550)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(1.769)</u>	<u>(611)</u>
Fluxo de caixa das atividades de Financiamento			
Aumento de Capital Social	16 a.	389	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		<u>389</u>	<u>-</u>
(Redução) Aumento de caixa e equivalentes de caixa		<u>(36.328)</u>	<u>3.603</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		101.070	23.640
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	3	64.742	27.243
(Redução) Aumento de caixa e equivalentes de caixa		<u>(36.328)</u>	<u>3.603</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras do conglomerado prudencial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto o preço unitário da ação)

1 Contexto operacional

Em 08 de Janeiro de 2015 foi realizada, após aprovação do Banco Central, a aquisição do controle acionário do Banco Bracce S.A. por Andorra Banc Agrícola Reig S.A. “Andbank”, mudando assim sua denominação de Banco Bracce S.A. para Banco Andbank (Brasil) S.A. O Andbank adquiriu 100% das ações do Banco Andbank (Brasil) S.A. “Banco” com o objetivo de aumentar sua atuação no mercado brasileiro.

O grupo AndBank possui presença global, vasta experiência em mercados emergentes e investe constantemente em inovação tecnológica para disponibilizar aos seus clientes as melhores e mais rápidas soluções, com isso o Banco Andbank entende que existe uma oportunidade no mercado de Private Bank a ser explorada e pretende investir nesse seguimento no curto e longo prazo. O Banco está atuando na realização de operações estruturadas e de mercado de capitais, operações de carteira proprietária e prestação de serviços de registro de operações, custódia, agente de pagamento, conta vinculada, entre outros.

Em 06 de junho de 2016, o Banco adquiriu 100% do controle acionário da Andbank Financeira Ltda. (anteriormente denominada LLA Holding Financeira Ltda.) que detém 99,99% do controle acionário da Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (anteriormente denominada LLA Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.), passando, portanto, a focar na área de gestão de patrimônio, foco de atuação do controlador do resto do mundo. O Banco está em processo de transformação para implantação do novo modelo Andbank Private Bankers no Brasil. As principais áreas de transformação são BackOffice e Front Office, com a criação de um portal para nossos clientes, o que, aliado a investimentos que estão sendo realizados no departamento comercial, permitirão ao Banco uma forte expansão dos recursos sob gestão nos próximos anos e, conseqüentemente, a elevação do faturamento com estimativa de obter um lucro tributável futuro para realização do crédito tributário ativado conforme nota explicativa nº 9, não obstante, ao compromisso e a capacidade do controlador em realizar aportes caso as ações não apresentem os resultados esperados.

Suportado por um plano de negócios, a Andbank DTVM Ltda (empresa controlada pelo Banco) efetuou a migração de suas atividades operacionais para o Banco Andbank (Brasil) S.A. Esse plano de negócio já está em vigor, haja vista a transferência dos serviços de intermediação e custódia a partir do dia 2 de abril de 2018 para Banco.

Adicionalmente, o Grupo Andbank Brasil assinou em 23 de março de 2018 um acordo operacional com a Triar Agentes Autônomos (“Triar”), o qual teve vigência a partir do dia 1º de abril de 2018 e possibilitará ao Banco aumentar significativamente os recursos sob sua distribuição (vide nota 9).

Conforme Ata da assembleia geral extraordinária de 15 de fevereiro de 2019, a Administração do Banco Andbank aprovou a incorporação da sua controladora direta Andbank (Brasil) Holding Financeira Ltda.. Na mesma data, a Distribuidora incorporou sua controladora direta Andbank Financeira Ltda., Em decorrência da incorporação, a composição do capital social da Andbank

Distribuidora passou a ser: 99,9818% Banco Andbank Brasil S.A. e 0,0182% Andorra Banc Agricol Reig S.A.. A data base das incorporações foi de 30 de junho de 2018 e foram aprovadas pelo Banco Central do Brasil em 10 de maio de 2019.

A seguir demonstramos os valores de incorporação da Andbank (Brasil) Holding Financeira Ltda, pelo Banco Andbank Brasil S.A., referente a data base de 30 de junho de 2018 e das variações patrimoniais até a data de aprovação da incorporação em 15 de fevereiro de 2019:

	30.06.2018	15.02.2019
Disponibilidade	92	389
Títulos e Valores Mobiliários	385	(385)
Outros Créditos	95	5
Permanente	3.411	(101)
Total do Ativo	3.983	(92)
Outras Obrigações	-	(1)
Patrimônio Líquido	3.982	(91)
Total do Passivo	871	898

A seguir demonstramos os valores de incorporação da Andbank Financeira Ltda, pela Andbank Distribuidora Ltda., referente a data base de 30 de junho de 2018 e das variações patrimoniais até a data de aprovação da incorporação em 15 de fevereiro de 2019:

	30.06.2018	15.02.2019
Disponibilidade	-	152
Títulos e Valores Mobiliários	156	(156)
Outros Créditos	-	3
Total do Ativo	156	(1)
Outras Obrigações	1	(1)
Patrimônio Líquido	155	-
Total do Passivo	156	(1)

2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial (“Conglomerado”) foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na legislação societária e nas práticas contábeis adotadas no Brasil considerando o estabelecido na Resolução CMN nº 4.280 de 31 de outubro de 2013 e em conformidade com as normas e instituições do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e do comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) já aprovados pelo CMN, quando conflitantes às normas, prevalecerá as do BACEN.

As demonstrações financeiras do Conglomerado foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas das Leis nº. 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº. 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com alterações introduzidas pelas Leis nº. 11.638/07 e nº. 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às Normas e Instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) já aprovados pelo CMN.

Em 30 de junho de 2019, essas demonstrações financeiras incluem as demonstrações do Banco Andbank e de sua controlada direta Andbank DTVM (99,98% de participação do Banco) e em 30 de junho de 2018, incluem as demonstrações do Banco Andbank e de sua controlada direta Andbank Financeira Ltda. (99,99% de participação do Banco) e indireta Andbank DTVM Ltda. (99,99% de participação da Andbank Financeira Ltda.).

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional do Conglomerado financeiro e foram aprovadas pela diretoria em 26 de agosto de 2019.

2.2 Principais práticas contábeis

2.2.1 Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

2.2.2 Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data base das demonstrações financeiras.

2.2.3 Títulos e valores mobiliários

Conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados da seguinte forma:

- **Títulos para negociação:** são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício;
- **Títulos disponíveis para venda:** são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento, e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários; e
- **Títulos mantidos até o vencimento:** são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, são classificados integralmente no ativo circulante, conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/01.

Para apuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros são utilizadas as taxas referenciais médias, praticadas para operações com prazo similar na data do balanço, divulgadas

pela Anbima, B3 - Brasil, Bolsa e Balcão, Bloomberg e administradores de fundos de investimento.

2.2.4 Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados contabilmente, segundo a intenção da administração, na data de sua aquisição, conforme determina a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados na administração das exposições próprias do Banco. As valorizações ou desvalorizações são registradas em “resultado com instrumentos derivativos”. As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização no resultado.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, está apresentada na nota nº 4c. destas demonstrações financeiras.

2.2.5 Operações de crédito

As operações de crédito são registradas ao custo corrigido, calculadas “pro rata” com base no indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o 59º dia de atraso. A partir do 60º dia, deixam de ser apropriadas, e o seu reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações, conforme determina o art.9º da Resolução CMN nº 2.682/99.

2.2.6 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do BACEN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo).

As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa faixa por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A receita com registro de operações e operações cedidas sem coobrigação são reconhecidas no resultado na data em que as cessões são efetuadas.

2.2.7 Imobilizado de uso

São demonstrados ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo sua vida útil: móveis e utensílios e máquinas e equipamentos - 10% ao ano; sistema de processamento de dados e sistema de segurança - 20% ao ano.

2.2.8 **Ativos intangíveis**

São compostos por direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.

2.2.9 **Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)**

É reconhecida uma perda por “impairment” se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por “impairment” são reconhecidas no resultado do exercício. A partir de 2008, os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por “impairment”.

No semestre findo em 30 de junho de 2019, o Banco reconheceu perda por “impairment” sobre o ágio advindo da incorporação reversa de sua controladora (vide nota 1), no valor de R\$ 8.505, registrados na rubrica outras despesas operacionais. No mesmo período, foi reconhecido reversão com provisão do referido ágio no mesmo montante, registrados na rubrica outras receitas operacionais. Em 2018 a Administração não reconheceu perdas por “impairment”.

2.2.10 **Imposto de renda e contribuição social**

As provisões são calculadas considerando a legislação pertinente a cada encargo para efeito das respectivas bases de cálculo e suas respectivas alíquotas: imposto de renda (15% mais adicional de 10%), contribuição social (15% até agosto de 2015 e 20%, para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019), PIS (0,65%) e COFINS (4%). Também é observada pelo Banco a prática contábil de constituição, de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias, base negativa de CSLL e prejuízos fiscais. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base em expectativas de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 9, foram constituídos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal (devido a mudança de controle acionário, cujo histórico de prejuízos seja decorrente de sua fase anterior) e base negativa, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos, conforme mencionado pelo inciso II do artigo 1º da Resolução nº 3.355 de 21 de março de 2006, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a instituição financeira somente pode efetuar o registro contábil de créditos tributários caso haja expectativa de geração de lucro ou receitas tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

A administração do Banco, baseada em Plano de Negócios, estima lucros tributáveis futuros o que demonstra a probabilidade de ocorrência de obrigações fiscais, cujo montante pode ser considerado como suficiente para realização dos créditos tributários.

2.2.11 *Estimativas contábeis*

A preparação das demonstrações financeiras requer adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações de contingências passivas e despesas nos exercícios demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referente a probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas. O Banco revisa periodicamente suas estimativas e premissas.

2.2.12 *Despesas antecipadas*

São controladas por contrato e contabilizadas na rubrica de despesas antecipadas. A apropriação dessa despesa ao resultado do exercício é efetuada de acordo com o prazo de vigência dos contratos.

2.2.13 *Ativos e Passivos contingentes e obrigações legais*

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisão para risco são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo os principais critérios:

- **Ativos contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- **Passivos contingentes** - classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, os classificados como prováveis são provisionados e divulgados em nota explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação; e
- **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - referem-se as demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

2.2.14 *Outros Ativos e passivos circulantes, realizáveis e exigíveis a longo prazo*

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Banco, e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Banco possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como realizáveis e exigíveis a longo prazo.

2.2.15 *Combinações de negócios*

Combinações de negócios são registradas na data de aquisição, isto é, na data em que o controle

é transferido para o Banco utilizando o método de aquisição. Controle é o poder de governar a política financeira e operacional da entidade de forma a obter benefícios de suas atividades. Quando da determinação da existência de controle, o Banco leva em consideração os direitos de votos potenciais que são atualmente exercíveis.

O ágio correspondente ao valor pago excedente ao valor contábil do investimento adquirido, decorrente da expectativa de rentabilidade futura, será amortizado com base nas projeções de resultado anual e submetido anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos.

2.2.16 Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

2.2.17 Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos exercícios em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionam, independentemente de seu recebimento ou pagamento.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas das demonstrações financeiras.

2.2.18 Participações no resultado

As participações no resultado são constituídas pelo pagamento de benefício aos funcionários, calculada de acordo com a convenção coletiva e através de programa próprio de plano de participação homologado no Sindicato dos Bancários de São Paulo, e estão registradas na conta de despesas de pessoal, na demonstração de resultado.

2.2.19 Lucro (prejuízo) líquido por ação

É calculado com base na quantidade de ações em circulação do capital social integralizado na data das demonstrações financeiras.

2.2.20 Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

2.2.21 Alterações de normas contábeis

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638 com o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*”.

Em decorrência deste processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN.

Desta forma o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN, quais sejam:

- **CPC 00** - Pronunciamento contábil básico (R1) - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12;
- **CPC 01 (R1)** - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- **CPC 02 (R2)** - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16;
- **CPC 03 (R2)** - Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- **CPC 04 (R1)** - Ativo Intangível - homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16;
- **CPC 05 (R1)** - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- **CPC 10 (R1)** - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- **CPC 23** - Registro contábil e evidenciação de políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- **CPC 24** - Divulgação de eventos subsequentes ao semestre a que se referem as demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
- **CPC 25** - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- **CPC 27** - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16;
- **CPC 33** - Benefícios pago a empregados - homologado pela Resolução 4.424/15.

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva para as demonstrações financeiras do Banco.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Disponibilidades	1.026	551
Disponibilidade em moeda estrangeira	1.409	3.500
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	62.307	23.192
Total	64.742	27.243

- (a) São operações compromissadas que possuem vencimento em D+1.

4 Títulos e valores mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de junho de 2019 e de 2018, os títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros estavam assim compostos:

a. Diversificação por categoria e tipo dos títulos e valores mobiliários:

	2019			2018		
	Custo atualizado	Valor contábil/Mercado (i)	Valor Ajuste a mercado	Custo atualizado	Valor contábil/Mercado (i)	Valor Ajuste a mercado
Títulos para negociação						
<i>Carteira própria:</i>						
Debêntures	6.074	6.277	203	757	757	-
Certificados de recebíveis imobiliários	3.368	3.412	44	-	-	-
Certificados de recebíveis agrícolas	1.108	1.211	103	-	-	-
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	217	219	2
<i>Vinculados à prestação de garantias (ii):</i>						
Cotas de fundos de investimentos (iii)	2.855	2.855	-	2.776	2.776	-
Subtotal	13.405	13.755	350	3.750	3.752	2
Títulos Disponível para venda						
<i>Carteira própria:</i>						
Letras financeiras do tesouro	43.833	43.827	(6)	5.048	5.048	-
Letras do tesouro nacional	21.463	21.981	518	8.861	8.663	(198)
Notas do tesouro nacional	-	-	-	14.576	14.363	(213)
	65.296	65.808	512	28.485	28.074	(411)
<i>Vinculados à prestação de garantias (ii):</i>						
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	737	737	-
	-	-	-	737	737	-
Subtotal	65.296	65.808	512	29.222	28.811	(411)
Total	78.701	79.563	862	32.972	32.563	(409)

- (i) O valor justo dos títulos e valores mobiliários foram apurados com base em preços e taxas praticados em 30 de junho de 2019 e de 2018, divulgados pela Anbima - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais, pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão e pelos administradores dos fundos de investimento.
- (ii) Os títulos vinculados à prestação de garantias são Títulos Públicos e as cotas do fundo de investimento caucionados em Instituição Financeira, para garantir contratos próprios e de terceiros a título de operações de correspondente bancário.
- (iii) As cotas de fundos de investimento foram atualizadas pelo respectivo valor da cota, no último dia útil do semestre.

b. Diversificação por prazo dos títulos e valores mobiliários:

	2019	2018
Sem vencimento	2.855	2.776
A vencer até 360 dias	29.936	1.312
A vencer acima de 360 dias	46.772	28.475
Total	79.563	32.563

c. Instrumentos financeiros derivativos – Negociação

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de atender às necessidades próprias, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação.

A instituição utiliza derivativos com uma perspectiva de baixo risco. Os derivativos são utilizados dentro de um conceito de cobertura local de risco de mercado dos investimentos do grupo no Brasil, não configurando posições especulativas e principalmente seguindo a estratégia global do Grupo Andbank estabelecidas pelo Comitê de Ativos e Passivos e pelo seu economista-chefe.

Os riscos de mercado e crédito associados a esses produtos, bem como riscos operacionais, são similares aos relacionados a outros tipos de instrumentos financeiros. Para os instrumentos financeiros derivativos, são estabelecidos e mantidos procedimentos de avaliação da necessidade de ajustes prudenciais em seus valores, previstos pela Resolução CMN nº 4.277, independente da metodologia de apuração adotada e observados critérios de prudência, relevância e confiabilidade.

Os contratos de Futuros são registrados na B3 S.A. Brasil, Bolsa e Balcão e os contratos de NDF são registrados na CETIP.

As operações de NDF e seu hedge, futuro, possuem riscos associados ao descasamento de fluxos, enquanto a operação de futuro possui ajuste diário, o NDF possui apenas o fluxo no vencimento. Adicionalmente, para os contratos futuros, a câmara de liquidação exige o aporte de colaterais para manter as posições abertas.

Assim, a área de riscos do Banco realiza em seu acompanhamento diário, o fluxo de caixa dos próximos 90 dias, com o objetivo de identificar eventuais necessidades de liquidez. Para o cumprimento da garantia são alocados títulos públicos da própria carteira do Banco que apesar de diminuir a liquidez, o impacto é baixo dado o acompanhamento dos riscos e a solvência da unidade Brasil ser elevada.

Os ajustes a receber das operações do mercado futuro são registrados na conta “Outros créditos - Negociação e intermediação de valores”, e a pagar registrados na conta “Outras obrigações – Negociação ou intermediação de valores” (vide nota 13c). O valor de mercado desses derivativos são apurados com base nas taxas médias divulgadas pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. A margem dada em garantia das operações negociadas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão com instrumentos financeiros derivativos é composta, quando aplicável, por títulos públicos federais e os valores referenciais são registrados em contas de compensação.

Em 30 de junho de 2019 e de 2018, o Banco não possuía posição em instrumentos financeiros derivativos.

d. Resultados reconhecidos de aplicações interfinanceiras, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

	2019	2018
Resultado de aplicação interfinanceira de liquidez	2.214	1.032
Resultado sobre títulos e valores mobiliários	6.688	2.465
Resultado sobre instrumento financeiro derivativo - NDF (a)	25.556	-
Resultado sobre contrato de futuro	(23.195)	6.513
Total	11.263	10.010

(a) O total de ajuste de marcação a mercado, registrado no resultado foi de R\$ -26 (R\$ 2 em 2018).

5 Relações interfinanceiras

Os créditos vinculados são representados, basicamente, por valores requeridos pelo BACEN, para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos a prazo, microfinanças e crédito rural.

6 Operações de crédito

As informações da carteira de operações de crédito, em 30 de junho de 2019 e de 2018, são assim sumarizadas:

a. Composição da carteira de operações de crédito por modalidade de operação

	2019	2018
Cédulas de crédito bancário (CCB)	3.022	1.196
Sub-total operações de crédito	3.022	1.196
Outros créditos (vide nota 8b)	336	-
Total	3.358	1.196
Operações de crédito no ativo circulante	431	1.196
Operações de crédito no ativo realizável a longo prazo	2.927	-

b. Diversificação da carteira por vencimento

	<u>2019</u>		<u>2018</u>	
	Saldo	%	Saldo	%
Até 90 dias	112	3,34	1.159	96,91
De 91 a 180 dias	109	3,25	-	-
De 181 a 360 dias	209	6,22	37	3,09
Acima 360 dias	2.928	87,19	-	-
Total	3.358	100,00	1.196	100,00

c. Diversificação da carteira por segmento de mercado

	2019		2018	
	Saldo	%	Saldo	%
<u>Setor privado:</u>				
Outros serviços	336	10,01	-	-
Pessoas físicas	3.022	89,99	1.196	100,00
Total	3.358	100,00	1.196	100,00

d. Diversificação da carteira por nível de concentração

	2019		2018	
	Saldo	%	Saldo	%
Maior devedor	3.022	89,99	1.159	96,91
Demais devedores	336	10,01	37	3,09
Total	3.358	100,00	1.196	100,00

e. Composição da carteira por nível de risco

Nível de risco	%	2019				2018	
		Curso normal	Vencidas	Total da carteira	Provisão	Total da carteira	Provisão
AA	-	336	-	336	-	1.159	-
A	0,5	3.022	-	3.022	(15)	37	-
Total		3.358	-	3.358	(15)	1.196	-

Nos semestres findos em 30 de junho de 2019 e de 2018, não foram registradas baixas de crédito para prejuízo e não foram renegociadas operações de crédito.

7 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa encontra-se apresentada no quadro a seguir:

	2019	2018
Saldo Inicial	-	3
Constituição de provisão	(15)	-
Reversão de provisão	-	(3)
Total	(15)	-

8 Outros créditos

a. Rendas a receber

	2019	2018
Comissões e Corretagens a receber (a)	1.682	959
Total	1.682	959
Ativo circulante	1.682	959

(a) Refere-se a comissões e corretagens a receber de colocações de títulos e rebate de fundos.

b. Diversos

	2019	2018
Créditos tributários (nota 9)	23.897	32.459
Devedores por depósito em garantia (b)	14.200	13.823
Partes relacionadas - valores a receber empresas do grupo (nota 16)	3.695	5.997
Impostos e contribuições a compensar (a)	673	1.253
Outros créditos (nota 6)	336	-
Devedores diversos	6	251
Outros	1.375	236
Total	44.183	54.019
Ativo circulante	19.750	28.343
Ativo realizável a longo prazo	24.433	25.676

(a) Refere-se a valores de impostos e contribuições antecipados em exercícios anteriores para os quais a compensação será realizada de acordo com a legislação tributária vigente.

(b) Refere-se substancialmente a um depósito cível de cumprimento provisório de aproximadamente R\$ 13.246 (R\$ 12.700 em 2018).

9 Créditos tributários

Em consonância com a resolução 3.059/02 e alterações posteriores com a resolução 3.355/06, emanada pelo CNM, as instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil somente podem efetuar registro contábil dos créditos tributários sobre prejuízo fiscal de imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ), base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), e aquele fruto de diferenças temporárias, desde que, para este caso sejam atendidas as seguintes condições (redação dada pela Resolução nº 3.355/06):

- I Apresentem histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, comprovado pela ocorrência dessas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, período esse que deve incluir o exercício em referência;
- II Haja expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

O Banco está em fase de conclusão do processo de transformação para implantação do novo modelo Andbank Private Bankers no Brasil. As principais áreas de transformação são Back Office e Front Office, com a criação de um portal para nossos clientes, o que, aliado a investimentos que estão sendo realizados no departamento comercial, permitirão ao Banco uma forte expansão dos recursos sob gestão nos próximos anos e, conseqüentemente, a elevação do faturamento com estimativa de obter um lucro tributável futuro para realização do crédito tributário, não obstante, ao compromisso e a capacidade do controlador em realizar aportes caso as ações não apresentem os resultados esperados.

Adicionalmente, em julho de 2017, o Banco aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) para o pagamento de um processo da Receita Federal com relação às dívidas referentes a Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro líquido referentes ao biênio 2009 – 2010, época na qual o Banco ainda não era controlado pelo Andbank.

Em dezembro de 2018, o Banco realizou a consolidação do programa através do consumo de R\$ 31.356 de base negativa da Contribuição Social, acarretando na utilização de R\$ 6.271 do crédito tributário.

Adicionalmente, o Grupo Andbank Brasil assinou em 23 de março de 2018 um acordo operacional com a Triar Agentes Autônomos (“Triar”), o qual teve vigência a partir do dia 1º de abril de 2018 e possibilitará ao Banco aumentar significativamente os recursos sob sua distribuição. A Triar também desenvolve atividades de gestão de patrimônios, consultoria financeira e distribuição de ativos financeiros para clientes de alta renda e recebeu no primeiro semestre de 2019 o montante de R\$ 2.125 (R\$ 11.634 no primeiro semestre de 2018), referente a sign bônus de exclusividade com o Banco. Vale destacar, que o acordo operacional está alinhado com o plano de negócios global do Banco no que tange a parceria com empresas que prestam serviços de gestão de carteiras de investimentos.

Abaixo quadro com os créditos tributários ativados pelo Banco e sua controlada e as seguintes movimentações:

	Saldo			Saldo
	31/12/2018	Constituição	Realização	30/06/2019
Adições temporárias				
Provisão contingência trabalhista	342	4	-	346
Provisão devedores duvidosos	18	-	(1)	17
Processos cíveis	2.692	280	-	2.972
Processos fiscais	-	78	-	78
Outras adições temporárias	71	106	-	177
Ajuste valor de mercado positivo (TVM)	(382)	-	(737)	(1.119)
Ajuste valor de mercado negativo (TVM)	332	648	-	980
Ágio	139	-	(139)	-
Ajuste valor de mercado (NDF)	94	-	(94)	-
Prejuízo fiscal compensável e base negativa	20.361	85	-	20.446
Total	23.667	1.201	971	23.897

A previsão para realização dos créditos tributários é estimada em 0,2% no 1º ano, 0,5% no 2º ano, 2,0% no 3º ano, 4,8% no 4º ano, 7,6% no 5º ano, 11,3% no 6º ano, 15,5% no 7º ano e 20,3% no 8º, 17,1% no 9º ano e 19,9% no 10º ano.

Para o cálculo do valor presente dos créditos tributários foi utilizada a taxa Selic, em 30 de junho de 2019, o valor presente é de R\$ 12.525 (R\$ 21.396 em 2018).

No semestre findo em 30 de junho de 2019 o Banco possui o montante de R\$ 23.897 ativado referente a créditos tributários (R\$ 32.459 em 2017). No semestre findo em 30 de junho de 2019 e de 2018 o Banco não possui créditos tributários não ativados.

A Distribuidora possui créditos tributários não ativados em 30 de junho de 2019 no valor de R\$ 467 (R\$ 422 em dezembro de 2018).

10 Outros valores e bens

	2019	2018
Despesas antecipadas (a)	19.112	2.923
Bens não de uso próprio	3.073	4.631
Total	22.185	5.996
Ativo circulante	17.652	5.996
Ativo realizável a longo prazo	4.506	-

(a) Referem-se, principalmente, ao sign bônus de exclusividade pagos à Triar (nota 9) no montante de R\$ 16.569 (R\$ 2.810 em 2018).

11 Permanente

a. Imobilizado de uso

	Taxa de depreciação	2019			2018
		Imobilizado	Dep. acumulada	Total	Total
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	6.135	(1.328)	4.807	3.474
Equipamentos de informática/comunicação	10%	4.249	(2.706)	1.543	2.144
Veículos	10%	140	(107)	33	23
Equipamentos de segurança	20%	103	(38)	65	85
Total		10.627	(4.179)	6.448	5.726

b. Ativos intangíveis

	Taxa de amortização	2019			2018
		Intangível	Amort. acumulada	Total	Total
Átivos intangíveis (a)	10%	16.846	(3.836)	13.010	10.646
Ágio na aquisição de investimentos (b)	20%	673	(415)	258	392
Total		17.519	(4.251)	13.268	11.038

(a) Refere-se, substancialmente, ao custo de transformação tecnológica do banco, para configuração e parametrização inicial, desenvolvimento e execução dos testes individuais e integrados dos novos sistemas.

- (b) Em 06 de junho de 2016, o Banco adquiriu 100% do controle acionário da Andbank Financeira Ltda. que detém 99,99% do controle acionário da Andbank DTVM Ltda. Por ocasião desta aquisição e com base na apuração do preço de compra x valor contábil e no estudo de alocação de preço de compra (“PPA”), foi apurado ágio baseado em expectativa de rentabilidade futura.

12 Depósitos

a. Composição por vencimento

	2019			2018
	À vista	A prazo não ligadas	Total	Total
Vencimentos				
Sem vencimento	22.382	-	22.382	9.217
Até 30 dias	-	2.750	2.750	-
De 31 a 60 dias	-	1.082	1.082	38
De 61 a 90 dias	-	201	201	506
De 91 a 180 dias	-	-	-	753
De 181 a 360 dias	-	150	150	9.126
Acima de 360 dias	-	8.370	8.370	539
Total	22.382	12.553	34.935	20.179
Passivo circulante			26.565	19.640
Passivo exigível a longo prazo			8.370	539

b. Composição por segmento de mercado

Composição	2019			2018
	À vista	A prazo	Total	Total
Entidades ligadas	1.781	-	1.781	1.762
Governo	587	-	587	571
Pessoas físicas	18.623	7.737	26.360	16.619
Pessoas jurídicas	1.391	4.816	6.207	1.227
Total	22.382	12.553	34.935	20.179

c. Concentração por depositantes

Composição	2019			2018
	À vista	A prazo	Total	Total
10 maiores	7.381	11.026	18.407	11.725
50 seguintes	10.314	1.527	11.841	7.712
Demais	4.687	-	4.687	742
Total	22.382	12.553	34.935	20.179

13 Outras obrigações

a. Fiscais e previdenciárias

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Impostos e contribuições a recolher	2.663	2.097
Total	2.663	2.097
Passivo circulante	2.663	2.097

b. Diversas

	2019	2018
Provisão para passivos contingentes (nota 14)	8.492	13.618
Despesas de pessoal	2.233	1.797
Fornecedores	292	945
Valores a pagar partes relacionadas (nota 15)	52	197
Credores diversos	267	-
Aquisição de bens	-	179
Outros	131	96
Total	11.467	16.832
Passivo circulante	2.975	3.214
Passivo exigível a longo prazo	8.492	13.618

c. Negociação e intermediação de valores

	2019	2018
Comissões e corretagens a pagar	2.056	361
Outros	-	22
Total	2.056	383
Passivo circulante	2.056	383

14 Contingências

Movimentação dos processos

O Banco é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, às quais vem contestando judicialmente a legalidade da exigência de diversos impostos e contribuições, bem como vem respondendo a diversos processos na esfera fiscal, trabalhista e cível como segue:

	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Total
	(i)	(ii)	(iii)	
Saldo inicial 01/01/2019	<u>177</u>	<u>6.729</u>	<u>855</u>	<u>7.761</u>

Movimentação do semestre refletida no resultado	19	701	11	731
Atualização / encargos	19	723	31	773
Constituição	-	-	58	58
Reversão	-	(22)	(78)	(100)
Saldo Final 30/06/2019	196	7.430	866	8.492
Pagamentos	-	49	62	111
Depósito em garantia de recursos em 30/06/2019				14.200

- (i) Refere-se a uma obrigação legal decorrente do questionamento da base de cálculo de INSS, no montante de R\$ 51 (R\$ 39 em 2018), e de base de ISS no montante de R\$ 145 (R\$ 136 em 2018). Os assessores jurídicos do Banco classificaram a expectativa de perda como provável.
- (ii) Refere-se principalmente a ação cível movida contra o Banco, que objetiva discutir uma operação de crédito. Os assessores jurídicos do Banco classificam a expectativa de perda como provável.
- (iii) Refere-se a ações trabalhistas movidas contra o Banco, que objetivam discutir paridade aos direitos de bancários. Os assessores jurídicos do Banco classificaram a expectativa de perda como provável.

A Administração com base em informações de seus assessores jurídicos e na experiência anterior referente aos valores reivindicados constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas, considerando remotas as possibilidades de que eventuais pagamentos decorrentes da resolução final das demandas judiciais sejam superiores aos valores provisionados.

Processos relacionados à Correspondente Bancário: no contrato de Correspondente Bancário está prevista a responsabilidade por ações trabalhistas movidas por funcionários da empresa correspondente em face do Banco, assim como eventuais ações decorrentes da prestação de serviço executada pelo Correspondente. Desta forma, se o Banco for demandado judicialmente em ação que seja de responsabilidade do Correspondente e no caso desta ser uma empresa ativa, isto é, com capacidade financeira de pagamento e comprovada disposição histórica para suportá-los, o risco financeiro da contingência para o Banco é remoto. Cumpre ressaltar que a situação do Correspondente será monitorada e em caso de alteração substancial em sua situação econômico-financeira ou disposição voluntária para pagamento, o provisionamento será reavaliado.

Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

O Banco e sua controlada possuem outras contingências avaliadas individualmente por nossos assessores jurídicos como perda possível, conforme quadro:

	2019	2018
Cíveis	5.344	5.934
Trabalhistas	1.945	7.020
Fiscais (a)	11.112	12.760
Total	18.401	25.713

- (a) Representado substancialmente por disputas com o Município de São Paulo, abrangendo ação anulatória de débito fiscal, auto de infração e execução fiscal.

Quanto a DTVM, a administração não tem conhecimento de nenhuma contingência passiva classificada como perda provável. Desta forma não há provisão constituída para contingências para o semestre findo em 30 de junho de 2019 e de 2018. Em 2018, a contingência avaliada por nossos assessores jurídicos como perda possível é representada por uma causa fiscal no montante

de R\$ 1, não há casos em 2019.

15 Partes relacionadas

São partes relacionadas ao Conglomerado:

- Andbank Corretora de Seguros de Vida Ltda.
- Andbank Gestão de Patrimônio Financeiro Ltda.
- Andbank Participações Ltda. (incorporada pela Andbank Corretora de Seguros de Vida Ltda. e pela Andbank Gestão de Patrimônio Financeiro Ltda., em 30 de abril de 2019)
- Andbank Wealth Participações Ltda. (incorporada pela Andbank Participações Ltda., em 30 de abril de 2019)
- APW Consultores Financeiros Ltda.

A estrutura administrativa das empresas do grupo Andbank é compartilhada, dessa forma, seus administradores, considerados pessoas chave, recebem uma remuneração global paga e registrada no Banco Andbank Brasil S.A., onde substancialmente suas atividades são dedicadas. No primeiro semestre de 2019 essa remuneração foi de R\$ 405 (R\$ 500 em 2018).

As demais entidades que não possuem controle em conjunto e que pertencem ao grupo econômico são: Andbank Bahamas, AndPrivate Wealth S.A., Andbank Advisory LLC e Andbank Luxemburgo.

O Conglomerado manteve no semestre saldos ativos e passivos, receitas e despesas com as empresas, conforme apresentado no quadro a seguir:

	2019		2018	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Andbank Corretora de Seguros de Vida Ltda.				
Valores a receber	15	98	9	31
Valores a pagar	(2)	(2)	-	-
Andbank Gestão de Patrimônio Financeiro Ltda.				
Valores a receber	76	340	22	244
Deposito a vista	(7)	-	-	-
Valores a pagar	(49)	(255)	(197)	(236)
Andorra Banc Agricol Reig S.A.				
Deposito em moeda estrangeira	1.409	22	487	-
Instrumento Financeiro Derivativo	-	25.556	-	-
Valores a receber	2.919	832	5.029	1.035
Andbank Bahamas				
Valores a receber	-	1	12	65
AndPrivate Wealth S.A.				
Valores a receber	138	91	139	250

	2019		2018	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Andbank Luxemburgo				
Valores a receber	162	124	787	301
Andbank Advisory LLC				
Valores a receber	385	385	-	-
APW Consultores Financeiros				
Depósito à vista	(1.129)	-	(1.499)	-
Pessoas físicas				
Depósito à vista	(644)	-	-	-
Total Intrumento Financeiro Derivativo	-	25.556	-	-
Total Deposito em moeda estrangeira	1.409	22	487	-
Total a receber - Outros Créditos Diversos	3.695	1.871	5.998	1.926
Total a pagar - Outras Obrigações Diversas	(51)	(257)	(197)	(236)
Total Depósito à Vista	(1.780)	-	(1.499)	-

Conforme legislação em vigor, a Companhia não pode conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%;
- Pessoas jurídicas que participem, com mais de 10%, da própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau;

Dessa forma, não são efetuados pela Companhia empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria e seus familiares.

16 Patrimônio líquido

a. Capital Social

O capital subscrito e integralizado em 30 de junho de 2019 está composto por 375.313.370 (200.197.809 em 2018) ações ordinárias, sem valor nominal.

Em 30 de outubro de 2018 foi deliberado o aumento do capital do Banco Andbank no valor de R\$ 84.359 com emissões de 173.964.881 novas ações. Em 8 de novembro de 2018 ocorreu a homologação do aumento de capital pelo Banco Central do Brasil.

Em 15 de fevereiro de 2019, foi deliberado o aumento de capital do Banco Andbank através do processo de incorporação da sua controladora direta Andbank (Brasil) Holding Financeira Ltda., na data base de 30 de junho de 2018. Em decorrência da incorporação, o capital social foi aumentado em R\$ 571 passando para os atuais R\$ 221.716, mediante a criação de 1.150.680 (um milhão, cento e cinquenta mil e seiscentos e oitenta) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pelo Andorra Banc Agricol Reig S.A., o qual passou a ser o único acionista do Banco. O processo de incorporação foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 10 de maio de 2019.

b. Reserva de capital

A reserva de capital, nos termos da Lei nº 11.638/07, somente poderá ser utilizada para (i) absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; (ii) incorporação ao capital social; (iii) cancelamento de ações em tesouraria; e (iv) pagamento de dividendo a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada.

c. Reserva de lucros

O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social do Banco, e qualquer excedente deve ser capitalizado ou distribuído como dividendo.

Reserva legal - Nos termos da Lei nº 11.638/07 e do estatuto social, o Banco deve destinar 5% do lucro líquido de cada semestre social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Banco. Ademais, o Banco poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no semestre em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva estatutária - Nos termos da Lei nº 11.638/07 e do estatuto social, o Banco pode criar reservas, desde que determine a sua finalidade, o percentual dos lucros líquidos a ser destinado para essas reservas e o valor máximo a ser mantido em cada reserva estatutária. A destinação de recursos para tais reservas não pode ser aprovada em prejuízo do dividendo obrigatório.

17 Receitas de prestação de serviços

	2019	2017
Remuneração operação estruturada (a)	2.893	2.879
Rendas de intermediação	5.895	2.827
Rendas de serviços de custódia	406	339
Rendas de garantias prestadas	41	-
Tarifas bancárias	-	2
Total	9.235	6.049

(a) Refere-se basicamente a prestação de serviços em registro e estruturação de operações de crédito.

18 Despesas de pessoal

2019 **2018**

Proventos	(5.184)	(4.990)
Encargos Sociais	(1.675)	(1.866)
Benefícios	(1.234)	(1.007)
Pro labore	(505)	(547)
Remuneração de estagiários	(139)	(136)
Treinamento	(34)	(22)
Total	(8.771)	(8.568)

19 Outras despesas administrativas

	2019	2018
Serviços técnicos especializados (b)	(1.259)	(2.928)
Processamento de dados	(3.081)	(2.646)
Serviços do sistema financeiro (a)	(4.814)	(1.576)
Aluguéis	(813)	(615)
Serviços de terceiros	(458)	(719)
Comunicações	(452)	(482)
Publicação	(96)	(93)
Viagens	(326)	(69)
Transporte	(56)	(24)
Outras	(912)	(824)
Total	(12.267)	(9.976)

(a) Composto substancialmente por repasse de valores relacionados de gestão e administração das carteiras, comissão dos agentes autônomos e despesas bancárias.

(b) Refere-se basicamente a serviços prestados por assessoria jurídica.

20 Outras receitas operacionais

	2019	2018
Reversão de provisões operacionais	463	1.889
Prestação de serviços exportação (b)	1.497	1.651
Variações monetárias ativas	395	234
Interbancária	-	4
Outras receitas operacionais	580	1
Total	2.935	3.779

(a) Trata-se de reversão pro-rata de provisão constituída sobre o ágio advindo da incorporação de sua controladora ocorrida em 15 de fevereiro de 2019 (vide nota 1). A reversão corresponde ao mesmo valor da despesa com amortização registrada na rubrica outras despesas operacionais (vide nota 22).

- (b) Refere-se a contrato firmado com partes relacionadas sobre a prestação de serviço de captação de clientes e consultoria.

21 Outras despesas operacionais

	2019	2018
Amortizações e depreciações	(1.444)	(1.219)
Atualização de provisão fiscal, cível e trabalhista (nota 14) (b)	(712)	(718)
Reversão de depósitos judiciais (a)	(71)	(304)
Interbancária	(2)	(25)
Variação monetária passiva	(19)	-
Outras	(528)	(34)
Total	(2.776)	(2.300)

- (a) Refere-se a baixa de depósitos judiciais.

- (b) Refere-se principalmente as atualizações monetárias dos processos contingenciais.

22 Imposto de renda e contribuição social

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2019	2018	2019	2018
Resultado antes da tributação	(2.349)	1.184	(2.349)	1.184
<u>Efeitos das adições/exclusões</u>				
Adições permanentes / temporárias	12.394	898	12.394	898
Exclusões definitivas / temporárias	(10.257)	(821)	(10.257)	(31)
Base de cálculo antes das compensações de prejuízo fiscal e base negativa (30%)	(212)	1.261	(212)	2.051
(-) Compensação de prejuízos fiscais e base negativa	-	(378)	-	(615)
Ativo fiscal diferido	144	(124)	86	(158)
Base de cálculo	(212)	883	(212)	1.436
Alíquotas efetivas:				
- Imposto de renda corrente - (15% + 10% adicional)	-	(199)	-	-
- Contribuição social corrente - 20%	-	-	-	(291)
Imposto de renda e Contribuição social competência 2017	-	(14)	-	(11)
Resultado do imposto de renda e contribuição social	-	(213)	-	(302)

23 Participações em Controladas

Em 2018, o valor do investimento de R\$ 154 representa a parcela residual do investimento na controlada direta Andbank Financeira Ltda, representado pelo patrimônio líquido em 30/06/2018 de R\$ 870 descontada do valor do patrimônio líquido da controlada indireta, eliminada para fins de consolidação prudencial, Andbank DTVM, no valor de R\$ 716.

24 Outras informações

- a. O Banco e sua controlada encontram-se enquadrado nos Limites Mínimos de Capital Realizado e Patrimônio Líquido requeridos pela Resolução nº 2.099/94 do Banco Central do Brasil (BACEN)/ que versa sobre o Acordo de Basileia e atualizada com o Novo Acordo de Capital (Basileia III) através das Resoluções nº 4.192, 4.193 e 4.194, ambas de 1 de março de 2013, e circulares publicadas em 31 de outubro de 2013, que instituíram nova forma de apuração do Patrimônio de Referência Exigido (PRE).

Em 08 de Janeiro de 2015 o Andbank adquiriu 100% das ações do Banco. Com isso a Andbank DTVM Ltda. e o Banco passaram a fazer parte de um conglomerado prudencial onde o Banco é líder. Sendo assim, a partir de fevereiro de 2015 para atender a resolução 4.278/13, o Banco passa a informar as posições consolidadas.

Em 30 de junho de 2019, o índice de Basileia do Banco Prudencial é de 80,0% (38,2% em 2018).

	2019	2018
Capital Principal antes das deduções	224.719	137.820
(-) Deduções do Capital Principal incluindo ajustes prudenciais	(74.305)	(76.697)
Patrimônio de Referência (PR)	150.414	61.123
(-) Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido	(135.374)	(47.325)
Patrimônio de Referência Mínimo requerido para o RWA	15.040	13.798

- b. O Banco presta serviços a clientes de registro de operações em órgãos custodiantes, registrados em contas de compensação, no montante de R\$ 112.910 (R\$ 173.559 em 2018).
- c. A Medida Provisória nº 675 (MP 675/15) publicada em 22 de maio de 2015, foi convertida na Lei 13.169, publicada em 07 de outubro de 2015, elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% a partir de 1º de setembro de 2015 até dezembro de 2018 e 15% a partir de janeiro de 2019.
- d. Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a empresa contratada para revisão das demonstrações financeiras e auditoria para o exercício findo em 30 de junho de 2019 e em 2018, não prestou outros serviços ao Banco que não o de auditoria independente.

25 Estrutura de gerenciamento de riscos

- **Gerenciamento do risco operacional**

É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A premissa do trabalho de gerenciamento de risco operacional é promover a adequação dos processos e das rotinas internas do Banco aos padrões estabelecidos pela Diretoria e em cumprimento às exigências do Banco Central através da Resolução nº 4.557/17.

Para alocação de capital para o risco operacional o Banco optou pela utilização da Abordagem do Indicador Básico de alocação de capital. O Conglomerado possui área para gestão de risco operacional. Independente da área de negócios, que acompanha os riscos operacionais dos seus negócios bem como das áreas de controle, analisa os casos onde houve perdas relevantes e acompanha a implementação das melhorias a fim de se evitar novas perdas superiores ao apetite para este risco. O Conglomerado possui um Comitê de Riscos que se reúne periodicamente onde se analisa a estrutura de gerenciamento, eventos relevantes no período, implementação das melhorias, etc. O conglomerado também possui política para recuperação em desastres e realiza testes periódicos.

- **Gerenciamento do risco de mercado**

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas em decorrência da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelo Banco. Entre os eventos de risco de mercado, incluem-se os riscos de:

- Operações sujeitas à variação cambial;
- Taxas de juros;
- Preços de ações;
- Preços de mercado (“commodities”).

O gerenciamento de risco de mercado é efetuado de forma centralizada, pela área de Gestão de Riscos, que mantém independência com relação à Tesouraria e Mercado de Capitais, aplicando a política e diretrizes fixadas pelo Comitê de Diretoria e monitorados no Comitê de Ativos e Passivos - COAP. O risco decorrente da exposição de suas operações é gerenciado por meio de políticas de controle, que incluem a determinação de limites operacionais e o monitoramento das exposições líquidas consolidadas.

Para o monitoramento do risco de mercado, o Valor a Risco (VaR) é calculado diariamente a partir de técnicas estatísticas para estimar a perda financeira possível para um dia, levando-se em conta o comportamento do mercado. O cálculo do VaR é a marcação a mercado (MTM) da carteira de negociação. O processo consiste na atualização diária dos valores financeiros utilizando-se das curvas e preços de mercado.

- **Gerenciamento do risco de crédito**

Busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposição e tendências, bem como a eficácia da política de crédito elaborada pelo Comitê de Crédito. O Comitê de Crédito delibera essa atividade estratégica essencial. Ele é composto por diretores, gerentes e analistas do Banco que votam sobre cada operação. As reuniões do Comitê de Crédito são precedidas por uma análise das características do tomador, de seu negócio, do setor de atividade e etc. As conclusões de tal análise são apresentadas sob a forma de relatório aos membros do Comitê que deliberam após exposição do

analista responsável. O atendimento aos limites estabelecidos pelo Comitê de Crédito é acompanhado, diariamente, pela área responsável pela gestão de risco e pela Diretoria do Banco.

- **Gerenciamento do risco de liquidez**

É a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - “descasamento” entre pagamentos e recebimentos que possam afetar a capacidade de pagamento do Banco, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, de que trata a Resolução nº 2.804, de 21 de dezembro de 2000.

O risco de liquidez é monitorado diariamente através de projeções diárias dos saldos de caixa levando-se em conta as liquidações dos fluxos futuros dos seus ativos e passivos. Este controle é feito para evitar que o Banco tenha dificuldades em honrar suas obrigações futuras de pagamento ou incorrer em custos de captação maiores que aqueles regularmente praticados.

Os relatórios referentes a risco operacional e de mercado encontram-se à disposição na sede do Banco.

26 Benefícios Pós Emprego

Não existem benefícios pós emprego tais como pensões, outros benefícios de aposentadoria, com exceção dos previstos em acordo coletivo da categoria.

27 Eventos subsequentes

Em julho de 2019, o Andbank assinou um acordo operacional de exclusividade com a Capital Investimentos, casa independente que faz distribuição de fundos há mais de 20 anos e reúne cerca de R\$ 3 bilhões em gerenciamento de ativos. Com o fechamento do acordo o Banco aumentará significativamente os recursos sob sua distribuição.

* * *